

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2
MAR

NÚMERO 2, 2016
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

MONTEIRO, JOÃO GOUVEIA;
COSTA, ANTÓNIO MARTINS DA (2015).

1415: a conquista de Ceuta.

Lisboa: Manuscrito, 224 p.

Transcrição do que se passou, em narrativa corrente e bem explícita, enriquecida de 260 notas bibliográficas e de informações complementares incluídas nas páginas 189-211, a fim de não colidirem com a sequência do texto, para mais posto na boca do próprio cronista Gomes Eanes de Zurara, como se fora ele próprio o narrador.

Não de menor valia a tarefa de António Martins Costa: seleccionar nos arquivos as ilustrações mais adequadas – desenhos, gravuras, mapas (de Ana Sena), fotografias antigas e actuais, a cores e a preto e branco – que muito enriquecem o trabalho por ilustrarem uma história que, dada a sua minúcia e cópia de intervenientes identificados, corria sério risco de poder enfadar.

Um dado, porém, há-de realçar-se, para além do óbvio, que é a reconstrução pormenorizada dos factos, antes, durante e depois: faculta-se ali matéria de mui férteis ulteriores pesquisas. Manancial abundante, por exemplo, para quem queira saber se alguns dos seus ancestrais esteve envolvido nestas guerras africanas e nelas veio a notabilizar-se.

Perdoar-se-me-á se exemplifico com uma curiosidade que tive. Sou natural de uma modesta povoação são-brasense chamada Corotelo. Sita numa das passagens naturais que levava do litoral para a serra algarvia, pareceu-me que a sua etimologia poderia prender-se com vocábulo que signifique ‘passagem’ (em Coimbra, designam-se “cortadas” as vias secundárias, mais até em contexto rural) ou mesmo ‘entrada’, relacionável com ‘cortelo’ (donde poderá ter derivado ‘cortelho’), caminho mais curto, atalho. Não identificara ainda qualquer paralelo para o topónimo; mas a presença do apelido Curutelo, de alguém embarcado, a 26 de Julho de 1415, na armada que fundeara em Lagos

com destino a Ceuta, aguçou-me a curiosidade. Sumária pesquisa levou-me a saber que, no Minho, mais concretamente em Freixo (Ponte de Lima), há o castelo de Curutêlo, também referido como Castelo de Corutel e Paço de Curutêlo, um “paço de feição acastelada implantado em área rural, que se ergue a meia encosta do monte de São Cristóvão dos Milagres ou do Curutelo, sobranceiro a um pequeno vale”. Por onde uma singela referência nos pode levar, a determinar mais pesquisas!...

Pesquisa árida, esta, sem dúvida, em chancelarias, meticulosa, que nos faz seguir a par e passo – na primeira pessoa e com breves parêntesis explicativos, aqui e além – as narrativas subsistentes, tornando-as acessíveis e... menos áridas! Por isso é explicado entre parêntesis o significado dos termos fora do comum. E o continuado uso da primeira pessoa estabelece bem sugestiva ligação entre Zurara e o autor, que, a dado momento, até parece ter-se distraído e comenta: “Um caso que me impressionou...” (Monteiro; Costa, 2015: 181). Antes (Monteiro; Costa, 2015: 158), não hesitara mesmo em aludir ao facto de os representantes vimaranenses se não haverem coibido de fazer “bom uso de uma certa teatralidade típica das assembleias de Cortes”!...

Não se imagine, contudo, que de mera “cópia” se trata, do jeito do que hoje se designa – para usarmos o anglicismo corrente – *copy and paste*. Está dividida em duas partes lógicas: “A conquista” (Monteiro; Costa, 2015: 13-97) e “E depois do adeus?” (Monteiro; Costa, 2015: 99-188) e houve o cuidado de também as entremear de sugestivos títulos, a aliciar à prossecução na leitura, igualmente propiciada pelos muitos capítulos, que são curtos, a motivar como se de um romance histórico se tratasse.

No ano em que se comemoram os 600 anos da conquista de Ceuta – sempre o irresistível apelo do mar!... – e, um pouco por toda a parte, o tema se debate com entusiasmo, devido, justamente, a estar, de novo, em jogo a relação Europa / África, tanto do ponto de vista estratégico-político e económico como também, de novo (repito!), religioso – o que não é de somenos!... – a opção concretizada neste livro, para além de original, traz-nos a visão da época, o que então, como hoje, se debateu. Fizeram bem em, ao de leve (Monteiro; Costa, 2015: 103-107), aludir ao “debate historiográfico”. E foi oportuno, depois do que em Zurara se lera, pegarem no estudo de Isabel e Pedro Drumond Braga

(1998). *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, para espreitarmos “algumas particularidades da situação de Ceuta” (Monteiro; Costa, 2015: 122), nomeadamente em termos da sua orgânica social.

Ceuta foi, na verdade, mais uma daquelas aventuras em que o Português é exímio: vamos à aventura, que daí certamente haveremos de colher proventos! E a descrição de Zurara constitui, nesse aspecto, bem explícito documento. Nada que se compare com a “guerra colonial”, mas não deixa de ser curioso verificar que a história irá repetir-se em relação a outras aventuras ulteriores: entusiasmo e “vã cobiça” (para usarmos da expressão do Velho do Restelo) e, depois, agruras imensas. O capítulo “mobilizar homens para servirem em Ceuta” (Monteiro; Costa, 2015: 153-161) é disso bem elucidativo, como o é igualmente, noutro sentido, mas com muitas semelhanças, aliás, com a actualidade, o que trata das “recompensas e histórias de vida” (Monteiro; Costa, 2015: 162-167).

Completam o volume as fontes e a bibliografia (Monteiro; Costa, 2015: 213-219) e a “chave das siglas e principais abreviaturas”.

Um livro que, apesar de recheado de nomes e de factos, numa sequência que se arriscaria a ser desenxabida e, por isso, menos apetitosa, está, ao invés, bem escrito, tem mui cuidada apresentação gráfica, não há gralhas (a grande pecha dos nossos dias, em que a revisão tem sido deveras descuidada!...), e mui prazenteiramente se lê até final!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra